

Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis
Núcleo de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador

Estruturação dos Comitês de Prevenção de Morte Materna, Infantil e Fetal

Nayara Dornela Quintino
Referência vigilância do óbito materno, infantil e fetal
SRS Divinópolis



De onde falo...

Referência Vigilância do
Óbito Fetal, Infantil e
Materno
SRS Divinópolis

DA COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS REGIONAIS

Art. 15. Os Comitês Regionais de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal deverão, preferencialmente, ser representados por 1 (um) titular e respectivo suplente das seguintes áreas:

I - área técnica da saúde da mulher;

II - área técnica da saúde da criança;

III - área técnica da Atenção Primária à Saúde;

IV - área técnica da Vigilância Epidemiológica;

V - área técnica da Vigilância Sanitária;

VI - representante de cada Comitê Municipal da (s) Região(ões) de Saúde;

VII - representação dos Hospitais Locais (públicos e privados);

VIII - representação da Atenção Secundária do município pólo;

IX - profissionais da área de obstetria e de pediatria, médico e enfermeiro, da área de abrangência da Unidade Regional de Saúde (URS);

X - Organizações Não Governamentais relacionadas à saúde da mulher; e

XI - Organizações Não Governamentais relacionadas à saúde da criança.

Parágrafo único. Na ausência dos profissionais dispostos no IX poderá ser solicitado aos municípios sua concessão solidária.

De onde falo...

- SRS Divinópolis – 54 municípios
 - sendo 63% dos municípios com menos de 15 mil habitantes
- 38 hospitais (3 em Divinópolis não atendem SUS)
 - 28 hospitais realizaram parto em 2017
 - 9 fazem acima de 200 partos/ano em 2017
- 1 Maternidade de Alto Risco
- 25 (46,3%) dos municípios com Comitê Municipal implantado e em funcionamento
 - Sendo que dos 29 sem documentação comprobatória.
- 14 (63,6%) dos 22 com autorização da VISA para realizam de partos com Comitê implantado e em funcionamento.

O que nos normatiza...

RESOLUÇÃO SES/MG Nº 5.016, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

Restabelece a organização dos Comitês Estadual, Regionais, Municipais, Compartilhados e Hospitalares de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal e dá outras providências.

Legislação – Vigilância do óbito fetal, infantil, materno e MIF



- **Portaria nº 116, de 11 de fevereiro de 2009**, regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.
- **Portaria nº 1.119 de 05 de junho de 2008**, regulamenta a vigilância de óbitos maternos.
- **Portaria nº 72, de 11 de janeiro de 2010**, que estabelece a obrigatoriedade da vigilância do óbito infantil e fetal nos serviços de saúde públicos e privados que integram o SUS.



- **Resolução SES/MG nº 3.999, de 31 de outubro de 2013**, dispõe sobre a vigilância do óbito Infantil e óbito materno em Minas Gerais.
- **Resolução SES/MG nº 5.016, de 18 de novembro de 2015**, dispõe sobre o restabelecimento da organização dos Comitês Estadual, Regionais, Municipais, Compartilhados e Hospitalares de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal e dá outras providências.

Qual a finalidade de um Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal?

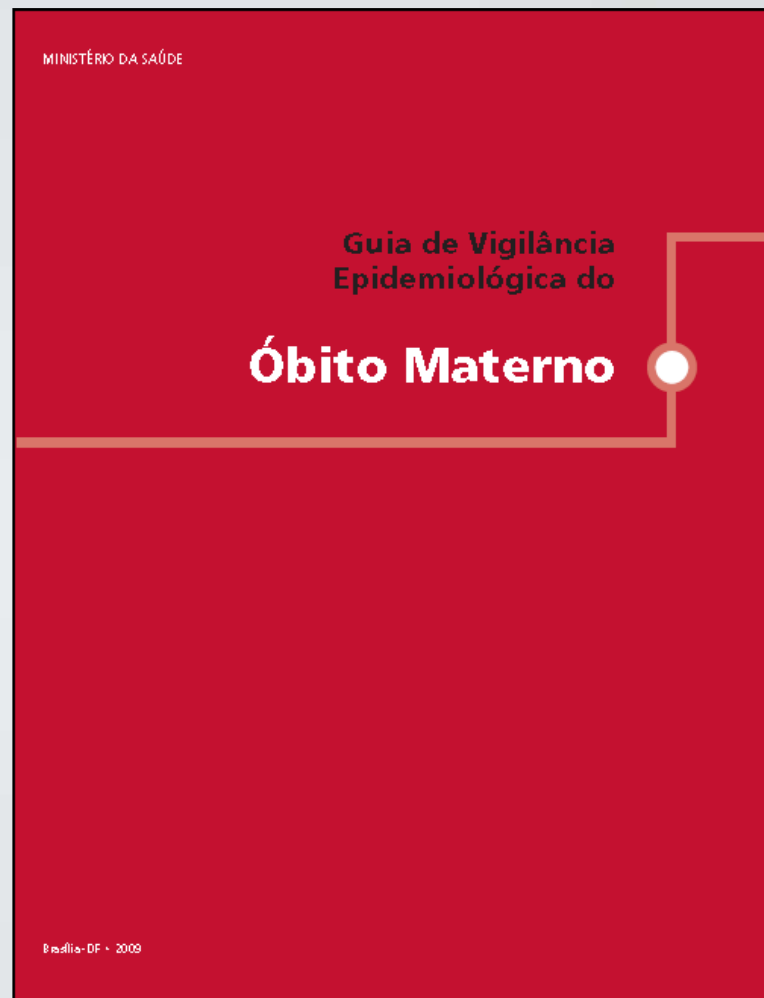
Da Estratégia

Art. 2º Os Comitês de Prevenção são organismos de natureza interinstitucional, multiprofissional cuja atuação preserva o caráter confidencial, não coercitivo ou punitivo, ético, técnico, educativo e consultivo e tem por finalidade:

- I - analisar os óbitos maternos, infantis e fetais com o objetivo de identificação de fatores de evitabilidade;
- II - avaliar a qualidade da assistência à saúde prestada à mulher e a criança para subsidiar as políticas públicas; e
- III - elaborar propostas de medidas de intervenção para redução destes óbitos.

Art. 3º Os Comitês são instrumentos fundamentais para a qualificação da assistência integral prestada à mulher, à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido e à criança.

Manual de Organização dos Comitês



Como estruturar um Comitê de Prevenção de Morte Materna, Infantil e Fetal?

Estrutura Comitês (Regional, Municipal e Hospitalar)

- Comitê Implantado

- Regimento atualizado;
- Composição;
- Formalização de Nomeação.

- Comitê em funcionamento

- Cronograma das Reuniões;
- Atas das Reuniões realizadas.

Parágrafo único. Os Comitês Regionais de Prevenção da Mortalidade Materna Infantil e Fetal poderão constituir uma Secretaria Executiva, nos mesmos moldes do Comitê Estadual.

Acompanhamento implantação e funcionamento Comitês Municipais

Art. 19. Aos Comitês Regionais de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal compete:

I - colaborar na organização e monitorar o funcionamento dos comitês municipais visando ao fortalecimento da rede estadual de análise de óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos infantis;

Modelo acompanhamento implantação e funcionamento Comitês Municipais

PLANILHA COMITÊ MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO ÓBITO MATERNO, INFANTIL E FETAL 2017-2018

MUNICÍPIO	COMPOSIÇÃO	REGIMENTO INTERNO	ATA	CRONOGRAMA DE REUNIÕES	COMITÊ IMPLANTADO	OBSERVAÇÕES
Aguanil						
Araújos						
Arcos						
Bambuí	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	FALTA ASSINAR REGIMENTO INTERNO
Bom Despacho						EM PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO
Camacho						

Estrutura Comitês (Regional, Municipal e Hospitalar)

- Comitê Implantado
 - Regimento atualizado

Art. 23. Os Comitês Estadual, Regionais, Municipais e Compartilhados deverão elaborar seu Regimento Interno a partir do escopo desta Resolução, onde devem ser definidos objetivos, finalidades, estrutura e funcionamento.

§2º Os Comitês Regionais, Municipais e Compartilhados terão o prazo de seis (06) meses para serem constituídos e elaborarem seus Regimentos Internos a partir da aprovação e divulgação do Regimento Interno do Comitê Estadual.

Modelo Regimento Comitê Regional

**REGIMENTO INTERNO DO
COMITÊ REGIONAL DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA,
INFANTIL E FETAL DE MINAS GERAIS
(CRPMMIF/SRS DIVINOPOLIS)**

INTRODUÇÃO:

Secretaria executiva do Comitê Regional organizou uma proposta de regimento para Comitê Municipal e Hospitalar a partir do Regimento Interno do Comitê Estadual e Regional.

Estrutura Comitê Regional

- Comitê Implantado
 - Composição
 - Formalização de nomeação

DA COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS REGIONAIS

Art. 15. Os Comitês Regionais de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal deverão, preferencialmente, ser representados por 1 (um) titular e respectivo suplente das seguintes áreas:

- I - área técnica da saúde da mulher;
- II - área técnica da saúde da criança;
- III - área técnica da Atenção Primária à Saúde;
- IV - área técnica da Vigilância Epidemiológica;
- V - área técnica da Vigilância Sanitária;
- VI - representante de cada Comitê Municipal da (s) Região(ões) de Saúde;
- VII - representação dos Hospitais Locais (públicos e privados);
- VIII - representação da Atenção Secundária do município pólo;
- IX - profissionais da área de obstetrícia e de pediatria, médico e enfermeiro, da área de abrangência da Unidade Regional de Saúde (URS);
- X - Organizações Não Governamentais relacionadas à saúde da mulher; e
- XI - Organizações Não Governamentais relacionadas à saúde da criança.

Parágrafo único. Na ausência dos profissionais dispostos no IX poderá ser solicitado aos municípios sua concessão solidária.

- Como é feita indicação e ciência em reunião ordinária do Comitê.
- Ofício indicação de representantes das regiões de saúde (COSEMS)

Modelo documento nomeação (membros para Comitê Regional)

SECRETARIA DE
SAÚDE



Carta de indicação

Em atendimento à Resolução SES/MG nº5016 de 18 de novembro de 2015, Capítulo III, Art.10 que trata da composição do **Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal de Minas Gerais**, declaramos que o(a) Sr.(a)..... e o(a) Sr.(a)..... serão respectivamente os representantes titular e suplente do (a).....(inserir o nome da entidade ou órgão correspondente listado no Art. 12), que participará(ão) das reuniões ordinárias e extraordinárias deste organismo conforme disposições regimentais.



Estrutura Comitê Municipal

- Comitê Implantado
 - Composição
 - Formalização de nomeação

DA COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS MUNICIPAIS

Art. 16. Os Comitês Municipais de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal deverão, preferencialmente, ser representados por 1 (um) titular e respectivo suplente das seguintes áreas:

- I - área técnica da mulher e da criança da Atenção Primária à Saúde;
- II - área técnica da Vigilância Epidemiológica;
- III - área técnica da Vigilância Sanitária;
- IV - representação dos Hospitais Locais (públicos e privados);
- V - profissionais da área de obstetrícia e de pediatria, médico e enfermeiro;
- VI - Organizações Não Governamentais relacionadas à saúde da mulher; e
- VII - Organizações Não Governamentais relacionadas à saúde da criança.

Parágrafo único. Os Comitês Compartilhados serão compostos, preferencialmente, da mesma forma que os Comitês Municipais.

Nomeação pelo gestor municipal e envio de documento para secretaria executiva Comitê Regional.

Modelo documento nomeação (membros Comitê Municipal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS - PORTARIA Nº 068 /2017 - SEMUSA

Nomeia os membros do Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materna, Fetal e Infantil e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE – Gerente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Divinópolis, Sr. Rogério Barbieri Sichieri, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Sob a coordenação do primeiro, ficam nomeados os membros do Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materna, Fetal e Infantil:

- Helena Ferreira Henriques – Presidente;
- Mary Alves Sant' Anna Vieira - Vice-Presidente;
- Inês Alcione Guimarães - Secretária Executiva
- Michelle Pereira Braz - Supervisora da Atenção Primária
- Maria Ângela de Souza Alvarenga – Representante da área técnica da Atenção Primária
- Madalena Amaral Fernandes - Referência em Saúde da mulher

Estrutura Comitê Hospitalar

- Comitê Implantado
 - Composição
 - Formalização de nomeação

Art. 7º Os Comitês Hospitalares de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal terão sede nas unidades hospitalares que realizam atendimentos às gestantes e às crianças.

Art. 17. Os Comitês Hospitalares de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal serão representados por diretoria clínica, profissionais das equipes de obstetrícia, pediatria, neonatologia, enfermagem, Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), Núcleo de Vigilância Epidemiológica, Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) e outros, conforme a realidade local.

- Parceria com a VISA (inspeção anual)
- Parceria com referência Rede Cegonha/NRAS (2 hospitais)

Exemplo monitoramento Comitê Hospitalar

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	COMITÊS DE PREVENÇÃO AO ÓBITO MATERNO, INFANTIL E FETAL IMPLANTADO E ATUANTE
Arcos	Santa Casa de Arcos	Não
BambuÍ	Hospital Nossa Senhora do Brasil	Não
Bom Despacho	Santa Casa de Bom Despacho	Sim
Campo Belo	Santa Casa de Campo Belo	Sim
Carmópolis de Minas	Santa Casa de Carmópolis	Não
Cláudio	Santa Casa de Cláudio	Não
Divinópolis	Hospital São João de Deus	Sim
Dores do Indaiá	Santa Casa de Dores	Não
Estrela do Indaiá	Fundação Municipal	Sim

Fonte: Relatório de Inspeção Sanitária 2017 - NUVISA/SRS Divinópolis.

Termo de confidencialidade

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu _____, CPF nº _____

na atribuição e qualidade de **membro do Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Estado de Minas Gerais** assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações relativas ao instrumento de coleta e investigação dos óbitos maternos, infantis e fetais, relatórios técnicos complementares ou outros instrumentos epidemiológicos que contenham dados de identificação do(a) paciente, falecido(a) ou não, do estabelecimento ou unidade prestadora de serviço de saúde e dos profissionais de saúde que façam menção.

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso, salvo em estrito atendimento às ações que me competem;
3. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Estrutura Comitê Regional

- Pontos fortes:
 - Presença de secretária executiva para organização de pautas, atas e monitoramento dos Comitês Municipais.
 - Presença de médicos (obstetra, pediatra e generalista) e enfermeiros com experiência na área de saúde da mulher e da criança.
 - Comitês Hospitalares monitorados pela VISA (inspeção anual)

Nossa estratégia é empoderar os municípios e mostrar que é interessante ter um comitê, além da investigação de óbito.

Funcionamento Comitê Regional e Municipal

- Comitê em funcionamento
 - Cronograma das Reuniões;
 - Atas das Reuniões realizadas.

Funcionamento Comitê Regional e Municipal

- Comitê em funcionamento
 - Cronograma das Reuniões

Of./Circular/SRS/DIV/NAPRIS/2017

Divinópolis, 28 de Novembro de 2017.

Cronograma de Reuniões do Comitê Regional de Prevenção do Óbito Fetal, Infantil e Materno para o Ano de 2018

Periodicidade: Mensal

Horário: 08:30 horas

Local: SRS/Divinópolis - Sala N° 31/3° andar

Reunião do Comitê Regional de Prevenção do Óbito Materno, Infantil e Fetal, definidas na primeira quinta-feira do mês, conforme tabela abaixo:

Reunião	Mês	Dia
1ª Reunião	Fevereiro	Dia 01
2ª Reunião	Março	Dia 01
3ª Reunião	Abril	Dia 05
4ª Reunião	Maio	Dia 03
5ª Reunião	Junho	Dia 07
6ª Reunião	Julho	Dia 05
7ª Reunião	Agosto	Dia 02
8ª Reunião	Setembro	Dia 06
9ª Reunião	Outubro	Dia 04
10ª Reunião	Novembro	Dia 01
11ª Reunião	Dezembro	Dia 06

Funcionamento Comitê Municipal

- Comitê em funcionamento
 - Atas das Reuniões realizadas

MODELO DE ATA PARA COMITÊS DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA, INFANTIL E FETAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Reunião: (☐) ORDINÁRIA (☐) EXTRAORDINÁRIA

Data:

Comitê: (☐) regional (☐) municipal (☐) compartilhado (☐) municipal (☐) hospitalar

Local da realização da reunião: _____

Presentes (Conforme lista em anexo):

Justificaram ausência:

Ausentes:

1. Planilha síntese do(s) caso(s) discutido(s)

Número da DO	Tipo de óbito (Fetal, Infantil, Materno, Mulher em idade fértil)	Data do óbito	Classificação do óbito*	Evitabilidade	Problemas Identificados na Análise do óbito	Recomendações/Deliberações	Observações

* Classificação do óbito aplicável aos casos de morte materna

Funcionamento Comitê Municipal

- Comitê em funcionamento
 - Plano de ação dos casos discutidos no Comitê Municipal

COMITÊ REGIONAL DE PREVENÇÃO DO ÓBITO MATERNO, INFANTIL E FETAL

INCONFORMIDADES E PLANO DE AÇÃO **REFERENTE AO ÓBITO INFANTIL OU FETAL**

RELATÓRIO REFERENTE AO ÓBITO OCORRIDO NO MUNICÍPIO E SEU RESPECTIVO PLANO DE AÇÃO

Município residência:		MÊS:	
Município ocorrência:			
Microrregião de saúde:			
Nº DO:	INICIAIS DO NOME:	IDADE:	DATA ÓBITO:

RESUMO DA HISTÓRIA CLÍNICA DO ÓBITO

Devendo conter: * informações relevantes no período: antes, durante e após a gestação,
GPA - (nº de gestações / nº de partos / nº de abortos); IG – (idade gestacional);
* Realizou o Pré Natal? Quantas consultas?

Funcionamento Comitê Municipal

- Comitê em funcionamento
 - Plano de ação dos casos discutidos no Comitê Municipal

PLANO DE AÇÃO												
INCONFORMIDADE:												
OBJETIVO:												
O QUE (será feito)												
ONDE (será feito)												
PORQUE (será feito)												

Funcionamento x atribuições

Quais são as atribuições do Comitê Regional?

Art. 19. Aos Comitês Regionais de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal compete:

I - colaborar na organização e monitorar o funcionamento dos comitês municipais visando ao fortalecimento da rede estadual de análise de óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos infantis;

II - capacitar e assessorar os Comitês Municipais promovendo a descentralização das análises das investigações dos óbitos maternos, infantis e fetais, de acordo com a demanda;

III – qualificar as informações obtidas pela investigação do óbito e analisá-las segundo os critérios de evitabilidade vigentes;

IV - elaborar relatórios consolidados das análises dos óbitos investigados de todos os municípios de sua abrangência;

Quais são as atribuições do Comitê Regional? (cont.)

Art. 19. Aos Comitês Regionais de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal compete:

V - propor medidas e recomendações para a redução da mortalidade materna, infantil e fetal, após as análises das investigações dos óbitos maternos, infantis e fetais, para secretários e gestores de saúde dos municípios adscritos;

VI - colaborar na implementação das normas e ações de segurança do paciente no que tange aos cuidados obstétricos, puerperais e infantis;

VII - acompanhar, analisar e avaliar, no âmbito regional, as políticas e os programas de assistência à saúde da mulher e da criança até os dois primeiros anos de vida;

VIII - enviar sistematicamente as análises e as conclusões das Fichas de Investigação dos óbitos maternos, infantis e fetais de sua URS para o Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal; e

IX - mobilizar os diversos setores da sociedade envolvidos com a saúde da mulher e criança para a redução da mortalidade materna, infantil e fetal.

Quais são as atribuições do Comitê Municipal?

Art. 20. Aos Comitês Municipais de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal compete:

I - colaborar na organização e monitorar o funcionamento dos comitês Hospitalares de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal;

II - analisar as fichas de investigação dos óbitos maternos, infantis e fetais com a finalidade de classificar os óbitos e identificar a evitabilidade de acordo com os critérios vigentes;

III - realizar diagnóstico da situação da mortalidade materna, infantil e fetal com base nos dados epidemiológicos locais e, propor medidas para promoção e qualificação da assistência à saúde da mulher e da criança;

IV - acompanhar a implementação das medidas e recomendações propostas;

V - colaborar e acompanhar a implementação das normas e ações de segurança do paciente no que tange aos cuidados obstétricos, puerperais e infantis;

Quais são as atribuições do Comitê Municipal? (cont.)

Art. 20. Aos Comitês Municipais de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal compete:

VII - enviar sistematicamente as análises e as conclusões das Fichas de Investigação dos óbitos maternos, infantis e fetais para o Comitê Regional de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal de sua URS; e

VIII - mobilizar os diversos setores da sociedade envolvidos com a saúde da mulher e criança para a redução da mortalidade materna, infantil e fetal.

Como funciona na prática o Comitê Regional?

- Reuniões ordinárias fixas 1 vez por mês
- Pautas (assistenciais e discussão de óbitos prioritários)
- Apresentação dos casos
- Encaminhamentos e propostas de intervenções (ex: visitas *in loco*)
- Videoconferências com Comitê Estadual
- Educação permanente considerando os problemas prioritários identificados (ex: Capacitação multiplicadores pré-natal CEAE S.A.Monte, Seminários Regionais)
- Parceria com universidades
- Apoio a estruturação dos comitês municipais (ex: participação das reuniões do comitê regional)

Analizando o óbito...





Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis



Nayara Dornela Quintino
Referência Investigação de Óbito
SRS Divinópolis
nayara.dornela@saude.mg.gov.br
vigilanciaobito.div@gmail.com

